

ATA DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA, REALIZADA NO DIA ONZE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZENOVE ÀS DEZENOVE HORAS.

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, sob a Presidência do Senhor Vereador **Antônio Delomodarme**, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, e presentes os demais membros da Mesa Diretora: Vice-Presidente, Vereador **Marco Antônio Parolim de Carvalho**; Primeiro Secretário, Vereador **Luiz Gustavo Pimenta**; Segundo Secretário, Vereador **Luiz Antônio Ribeiro** e com a presença dos Senhores Vereadores **Fernando Roberto da Silva, Flávio Augusto Olmos, Hélio Lisse Júnior, João Batista Dias Magalhães, José Elias Moraes e Luiz Antônio Moreira Salata**, realizou-se a Sexagésima Nona Sessão Ordinária, da Terceira Sessão Legislativa, Décima Sétima Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia. Feita a chamada e, verificado haver número regimental, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", dá por iniciados os trabalhos, convidando o Vereador Marco Antônio Parolim de Carvalho para que proceda a leitura de um trecho do Santo Evangelho. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda a leitura das Ementas dos Projetos constantes do expediente. **Projeto de Lei Complementar nº 269/2019**, avulso nº 25/2019, de autoria do Vereador Flávio Augusto Olmos, que inclui o § Único no Artigo 5º da Lei Complementar nº 202/2018, de 02 de outubro de 2018, que institui o Código Tributário Municipal da Estância Turística de Olímpia. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. Prosseguindo os trabalhos, são lidos pelo Senhor Primeiro Secretário, aprovados pelo Plenário, ou deferidos pela Presidência, conforme o caso, os seguintes **requerimentos: 150, 152, 153 e 154/2019**, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior. **151/2019**, de autoria do Vereador Luiz Gustavo Pimenta. **155, 156, 157 e 158/2019**, de autoria do Vereador Flávio Augusto Olmos. **159,**

160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167 e 168/2019, de autoria do Vereador Luiz Antônio Moreira Salata. Esgotados os Requerimentos, passa-se a leitura do resumo das Indicações. Nos termos do artigo 3º, da Resolução nº 122, de 16/02/93, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda à leitura do Resumo das **Indicações** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **175, 176, 177 e 178/2019**, de autoria do Vereador Luiz Gustavo Pimenta. **179, 180, 181, 187, 188 e 189/2019**, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior. **182, 183, 184, 185, 186 e 190/2019**, de autoria do Vereador Antônio Delomodarme. **191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199 e 200/2019** de autoria do Vereador Flávio Augusto Olmos. A seguir, esgotadas as matérias constantes do Expediente, passa-se, a seguir, aos **minutos regimentais** a que têm direito os Senhores Edis para fazer uso da palavra. Usam da palavra os Edis: Assume a presidência o Vereador Marco Antônio Parolim de Carvalho. **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 19:33) "Senhores Vereadores. Saudações. Primeiramente, cumprimentar o Padre Ivanaldo pela grande realização da quermesse em louvor a São José. Parabenizar o Prefeito Municipal que cederam as estruturas para realizar essa grande festividade. Parabenizar o Selim Jamil Murad pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo na Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer. Dia 1º de Maio Dia dos Trabalhadores haverá a Corrida dos Trabalhadores. A saída dessa Corrida dos Trabalhadores. Dia 1º de Maio será também a inauguração da Praça São José. Praça que depois de muitos anos que passaram Prefeitos e mais Prefeitos todo mundo cobrava uma Praça naquele local. Surgiu Fernando Cunha para realizar aquela obra tão importante que os moradores daquele bairro tanto desejavam. Eu morei naquele bairro. Então Parabéns Prefeito Fernando Cunha! Parabéns Doutor Selim Jamil Murad! É por ai, trabalhando que a população vai reconhecer o trabalho de cada um. Hoje, uma cobrança no competente Secretário Leandro Gallina, PRODEM, ele me passou que quarta-feira não vai fazer tapa-buraco no meio-fio nas esquinas. Agora, será sargetões para conduzir águas superficiais. Esse meio-fio feito com asfalto

é dinheiro jogado fora.” Reassume a presidência o Vereador Antônio Delomodarme. **Fernando Roberto da Silva:** (sem revisão do orador: 19:36) “Senhor Presidente. Saudações. No Conselho Tutelar de Olímpia fui Conselheiro (2011/2013). Sabe das dificuldades dos Conselheiros, dificuldade da estrutura que a gente tinha. Chegaram um veículo zero e o kit do Conselho Tutelar. Emenda do Deputado Valmir Prascidelli indicado pela Deputada Beth Sahão e foi entregue sexta-feira à tarde. Parabenizo a Cristina Reale, Assistência Social, Prefeito Fernando Cunha pelo recurso. Todo o Conselho Tutelar. Enfim, a todos que fizeram esse trabalho. O Conselho recebe veículo zero, geladeira, computadores. Estrutura para atender toda a população olimpiense. Indicação ao Sargento Tarcísio, Secretário de Comércio Indústria e Agricultura pedindo celeridade à questão do Parque Industrial, nos terrenos em que novo projeto deverá vir a esta Casa, dar condições àqueles que fizeram licitações e não tiveram condições de fazer os pagamentos, também à construção e aos que forem ficar ou fazer a nova licitação. Dize que, amanhã realizará a Assembleia dos Funcionários Públicos. Que o Prefeito municipal faça uma boa proposta e melhore a proposta inicial para todos os funcionários públicos. Haver uma conversa com Jesus Buzzo é importante à gente valorizar nossos funcionários públicos do nosso município que faz bastante trabalho em prol da nossa cidade.” **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 19:39) “Senhor Presidente. Saudações. Vereador pode fazer quinze Indicações por Sessão. Apresento as Indicações e Requerimentos. Quero dizer que, na sexta-feira após ouvir entrevista do Senhor Prefeito sobre a Santa Casa, ele disse que a Santa Casa não passa as contas. Eu protocolei esse Requerimento para saber dessas contas e aonde vai esse dinheiro. Houve aumento de cinquenta por cento na verba repassada à Santa Casa. Quero saber quanto ganham os médicos, enfermeiros e saber como esse dinheiro está sendo gasto. Outro é o Requerimento 155/2019 ao Excelentíssimo Prefeito Fernando Cunha para que forneça informações sobre o empréstimo R\$ 1.112.000,00 (Um milhão cento e doze mil reais.) com o Banco do BRASIL S.A. Também o Requerimento nº 156/2019 ao Excelentíssimo Prefeito Fernando Cunha

para que forneça informações sobre o empréstimo de R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil reais) com a Caixa Econômica Federal. Estou pedindo esses contratos, prazo de pagamentos e onde foi investido esse dinheiro e juros. Nós aprovamos! É justo saber onde foi gasto! Eu tenho certeza que, com os juros, serão onze milhões de reais. Por outra, na semana passada, fiz Indicação de tapa-buraco. Nesta semana, fiz para limpeza de terrenos: - Jardim Primavera, Jardim Universitário, Quinta das Colinas, Santa Ifigênia e Jardim Botânico e Baguaçu. Não coloquei mais porque são somente quinze matérias, senão, seriam umas quarenta ou cinquenta. Acho que, funcionários comissionados não estão trabalhando direito. A gente tem que ficar fazendo essas cobranças." **Hélio**

Lisse Júnior: (sem revisão do orador: 19:42) "Senhor Presidente. Saudações. Hoje, por motivo da retirada do Projeto de Lei nº 5459/2019 de autoria do Executivo que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), mas quero fazer uma observação. Os Poderes são harmônicos e independentes, ou seja, Legislativo, Executivo e Judiciário. Às discussões que travamos aqui, com algumas reivindicações. Inclusive, fiz alguns questionamentos relativamente ao empréstimo, destinação e forma de pagamento porque faz parte da função Legislativa. E, mais do que isso, pairava dúvida aonde iriam chegar esses recursos. Participei de cinco reuniões, levei ao Poder Executivo à necessidade de adequações. Não teve espanto nenhum por parte do Executivo, considerando que houve algumas interrogações, ele vai pontuar onde serão gasto esses valores constantes nesse projeto, depois de aprovado. Acho que, essa polêmica sobre os sete milhões é pelo momento político. Realmente, foi uma situação. A Câmara Municipal, através do Legislativo, só fez sua função de estar discutindo isso. Todos os projetos devem ser discutidos. Nós temos preocupação; sim, com a população, correta destinação e com as prioridades do projeto. E, mais do que isso, hoje, esse projeto, só de infraestrutura na área urbana beneficiará à área de Saúde. Por exemplo:- Adequação do local para atendimento a hemodiálise em Olímpia. A Realidade, nos mostra a necessidade desse atendimento

a hemodiálise em Olímpia; eu perdi meu sogro fazendo hemodiálise. É necessário ter em conta que para dar condições para organização de atendimento a Unidade Básica de Saúde - UBS do Campo Belo que vive atendendo punhado de gente e não tem como. Há necessidade de novas mudanças para organizações das ações de saúde. Essa UBS, Campo Belo, também vai receber verba desses sete milhões. Só não podemos pontuar o tomógrafo porque se trata de equipamento que nessa linha de financiamento é para infraestrutura. Senhor Presidente. Só para concluir o pensamento: - "A teoria de freios e contrapesos". - Quem frequentou Curso De Direito sabe disso: - "É um poder fiscalizando o outro procurando a melhor gestão." - Eu acredito Senhores. Que o que houve mais uma prestação política do que o fato em si que era o financiamento. Chegaram até levantar uma interrogação que tinha Vereadores; quem sabe até eu, trabalhando à surdina, às escuro, mas isso não é verdade. Eu não faria isso! Eu não entrei na política para fazer isso! Então, não é verdade que seja dessa forma. E problema de financiamento não é só do Prefeito Fernando Cunha. Eu tenho aqui sete contratos de financiamentos de gestões passadas fizeram com prazos delatados noventa e seis meses e oitenta e dois. Taxa de juro de oito por cento. E a conta está sendo paga e deve ser paga, mas considerando que tudo tem que ter transparência. Vamos exigir essa forma. Então, o quê nós fizemos aqui, nada mais foi do que exercer a nossa sagrada função que é a fiscalização. Pairava-se dúvida que sejam esclarecidas, Eu também não me senti confortável. Eu votei também para que o trâmite do projeto, a serem seguidos, não fosse com a urgência. E, realmente, da primeira para a Segunda Discussão, houve esse alinhamento. Muito obrigado!" **João Batista Dias**

Magalhães: (sem revisão do orador: 19:49) "Senhor Presidente. Saudações. Cumprimento o Senhor Vereador Fernando Roberto da Silva, Senhor Prefeito Fernando Cunha e a Cristina Reale, Secretária de Assistência Social, por receberem mais um Kit e um veículo destinado ao Conselho Tutelar da nossa cidade. Sem dúvida, mais uma contribuição que auxilia muito o trabalho do CONSELHO TUTELAR. Nós temos a juventude precisando receber uma atenção e ajuste muitas vezes necessários à participação desse núcleo de

trabalhadores em favor da nossa cidade e da nossa família. Torno a registrar que no Governo Fernando Cunha a nossa Saúde nas UBS passou a tender até às vinte horas. Houve um aumento para trezentos atendimentos no período noturno procurando atender o trabalhador olimpiense que muitas vezes necessita desse horário para não faltar no trabalho e evitar às filas. No ano passado, conseguimos com o Deputado Baleia Rossi um milhão e trezentos mil reais. Na sexta-feira, eu recebi de seu Assessor direto, mas será anunciado nos próximos dias, atenderá à ampliação e remodelação da UBS - I e II. A ideia é fazer melhor atendimento não só a esse núcleo habitacional, mas Morada Verde, Harmonia, Viva Olímpia I e II. Quinta da Colina, Jardim Leonor I e II. Branco, Jardim Universitário, Esperandio Cristófalo, Vila Olímpica, Vitória Parolim, também alguma coisa próxima de Santa Fé. Sem dúvida nesse núcleo podemos destinar esse recurso que breve anunciarei e certamente será um grande benefício na área da saúde. A fala do Senhor Vereador Hélio Lisse Júnior marca registro seriamente responsável à conduta daqueles que estão trabalhando e desenvolvem atividades legislativa neta Casa. Também eu estou levantando os empréstimos feitos nos últimos anos em Olímpia. No ano de 2010, nós participamos da aprovação de um projeto de financiamento de trinta e cinco anos para o município de Olímpia. Se havia necessidade, naquela época se discutiu isso, mas foi feito e está sendo pagos nesse prazo que representam dez legislaturas. Então temos que tomar um pouco de cautela na hora de emitir as nossas opiniões. É legítimo, constitucional e regimental. A nossa Lei Orgânica do Município assim nos permitem que posicionemos a respeito disso e de como será feito. Enfim, esse é o papel do Vereador. Agora, certas expressões nem sempre possa ser exarada em comprometimento com a inverdade. Precisamos trabalhar muito isso, nada além da necessidade do povo olimpiense que o objetivo principal daqueles recursos que serão apresentados e demonstrados a população de Olímpia. Muito obrigado!" **Luiz Antônio Moreira**

Salata: (sem revisão do orador: 19:56) "Senhor Presidente. Saudações. Hoje, quero tratar se três assuntos importantes. 1º - Esclarecer a função de nosso trabalho de captação de recursos junto

aos novos Deputados. No período de 2017 e final de 2018 Conseguimos junto aos Deputados Federais: Paulo Maluf, Beto Mansur e Fausto Pinato uma ambulância. Nós captamos R\$ 500.000,00 para a Saúde. Meu trabalho nesta Casa no sentido de melhorar a vida dos olimpienses na saúde é esse trabalho de captação de recursos para o serviço de Saúde. Portanto, 500 mil reais diretamente do Governo Federal. Com relação ao Deputado Geninho nós conseguimos com o Deputado e atual Vice-Governador R\$ 100.000,00 para a Santa Casa. No final de 2018 Estão aqui os companheiros: Gustavo Pimenta, Luiz do Ovo e Flávio Olmos. Viabilizamos junto ao Geninho e Rodrigo mais R\$ 500.000,00. São R\$ 1.100.000,00 que nós viabilizamos para a Santa Casa para melhorar o serviço de saúde. Essa é nossa contribuição junto ao Governo Fernando Cunha. Todos sabem que, sou voluntário na Associação Beneficente Cultural Assistencial de Olímpia que é uma organização de defesa dos direitos sociais que qualificam na ordem de 700 pessoas crianças, adolescentes e idosos. Dedico grande parte do meu tempo e energia nesse sentido de melhorar o serviço de saúde e implantar programas de qualificação profissional na nossa cidade. Hoje estou apresentando Requerimentos que já foram aprovados pelo Plenário que corresponde a uma intervenção do Ministério das Comunicações junto ao Ministro Tenente-Coronel Marcos Pontes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MC TIC). No sentido de intervir junto às operadoras de telefonia celular a VIVO, TIM, Claro, Oi. O funcionamento depois do trabalho do Geninho há cinco anos tem funcionamento precaríssimo pela falta de investimento com sinal de baixa intensidade e funcionamento intermitente. Isso porque recebemos nos finais de semanas próximos a trinta e cinco mil turistas, portanto, torna-se impraticável operação de telefonia celular, principalmente na região norte da cidade região da do Bairro Santa Ifigênia do Parque Aquático e Resorts. Sexta-feira à tarde já se sente a instabilidade do Sistema. Encaminhei a Vivo com relação à falta de investimento do sistema de banda larga, fibra ótica. Graças a Deus temos Empresa de Olímpia e Região que tem atendido os olimpienses nos bairros. Tudo isso, mandei para o Ministro e pedi intervenção do nosso Deputado Federal

Geninho Zuliani. Nós poderemos aguardar uma audiência junto ao Ministro para que possamos pedir e esperar os investimentos tecnológicos necessários para que Olímpia possa se desenvolver e o olimpiense não passe transtorno. Boa noite a todos! Muito obrigado!” **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 20:02)

“Senhor Presidente. Saudações. Estou surpreso, eu acho que estou na Câmara errada ou na cidade errada porque o acontecimento da semana passada não aconteceu nada?! O Prefeito não ofendeu, não mexeu com ninguém, não falou besteiras nas redes sociais, não tem projetos de sete milhões para ser votado hoje. Ainda bem que tiraram. Ao meio dia eu fui a Rádio e disse: - “Tira porque não dá tempo para as Emendas.” - A mão divina baixa aqui em Olímpia e tiraram. Estão com medo de falar o que aconteceu. Apesar de que, o Prefeito já está com quase setenta anos, ele tem que começar a respeitar as pessoas também. Eu vou até parar de falar da minha defesa onde ele ofendeu a minha família porque senso de família ele não tem. Simplesmente, vou pautar os acontecimentos; Ofendeu os funcionários públicos. É o dever desta Casa de ficar atento. No Dia Internacional das Mulheres ofendeu a Provedora da Santa Casa. Também não aconteceu nada. Uma pessoa que batalha. Colocando em dúvida a pessoa da Provedora. As parcerias que ela mantém na cidade de Olímpia. Isso aconteceu! Eu não tenho medo nem receio de falar. Eu vou alertar o Prefeito. Ele diz que se eu quiser ser candidato que eu saia candidato. Ele se esqueceu; também já é um idoso, com todo respeito ao meu pai e a todos os idosos aqui presentes. Só não sai a candidato porque o apoiei. Ou ele esqueceu que lá na Chácara do Josenilo. Ele, Josenilo, está sentado e presente ali. Eu disse em alto e bom som a todos os Partidos que estavam lá: - Hoje, estou dando um passo não para trás não. Eu estou dando um passo para o lado porque eu acho que o Senhor tem mais condições do que eu para governar a cidade. E, errei assim, sem sombra de dúvida! Pela incompetência que está gerindo a nossa cidade. Ele falou... Falou, mas hoje ele lambe botas. Não é outra coisa... Mas lambe bota de um Partido que o processou. E está aqui! De um Partido que hoje é base de seu governo que elevou o nome da família dele junto ao Judiciário e fez tocar piano na frente do Juiz. Ué!

Disso ele não tem vergonha?! Meu relacionamento com o DEM, também com o Geninho sempre foi às claras. E, hoje o relacionamento com a base do Partido dele. Ou ele esqueceu que juntaram fotos da família dele num processo de investigação criminal; e, hoje, ele não tem com quem andar e anda com pessoas desse Partido. Aliás, são pessoas muito boas. Eu conheço todos! São pessoas formadas daqui. São meus amigos que eu considero, mas em questão Partidária estamos em focos distintos. Então é isso, eu acho que estou na Câmara certa! Senhor Presidente. Eu volto no tempo da liderança do PSDB.” **Marco Antônio Parolim de Carvalho:** (sem revisão do orador: 20:06) “Senhor Presidente. Saudações. Hoje, vou falar sobre os terrenos, inclusive, o Senhor Vereador Flávio fez Requerimentos e Indicações. Nós também fizemos. Nesta semana estamos correndo nesses terrenos para ver como é que estava o andamento. Nós fomos até ao Pátio porque passar trator em cima de mato, sem roçar, sem nada; não é o certo! E, mesmo assim está ficando com 50 cm a um metro de altura nos terrenos que nós pedimos que a fiscalização fosse atrás. Hoje, os moradores de lá ligaram na TV TEM. Eu fui ao Pátio e falei que os caras, os moradores, iriam ligar. Eu não sei o que foi tomado lá, não passei na parte da tarde lá perto do Campo Belo. Também passamos por outros terrenos aí. Na parte do Tropical I - II está sendo feito a limpeza. Tem algumas Praças que já entramos com o pedido também. É tempo de chuva, sabemos que o mato cresce mesmo, mas, nós já havíamos pedido há algum tempo. Nós vamos ficar pegando no pé até que seja feita a limpeza desses terrenos. Parabenizar o Líder do Prefeito que falou sobre o trabalho noturno das UBS. Uma grande melhoria na parte da saúde. Eu continuarei para o funcionamento das Creches nos finais de semana. Assim, como deu certo o trabalho noturno das UBS. Que faça também nas Creches. Muitas mães pagam cuidadoras porque trabalham em hotéis e pousadas. Parabenizar o Prefeito Municipal pelos sete milhões. Estou feliz com a parte que vai dar a hemodiálise. É um pedido que temos feito desde o começo do mandato e também das Comissões que fizemos: Fernandinho, Helinho e Niquinha. Eu acho que agora tenho plena convicção que a hemodiálise vai chegar até Olímpia. Tira o sofrimento dessas trinta pessoas que utilizam o transporte, mas

não adianta só dar o transporte. Há pessoas que passam fome nesses três dias que vão fazer a hemodiálise nas cidades da nossa região. Espero que, tão logo seja aprovado o empréstimo dos sete milhões que o Prefeito já comece o trabalho para a Hemodiálise aqui em nosso município. É isso o que tinha para falar. Muito obrigado, Senhor Presidente!" Não havendo mais oradores nos três minutos regimentais, passa-se, ao tempo das **Lideranças**. Usam da palavra os Vereadores: Assume a presidência o Vereador Marco Antônio Parolim de Carvalho. **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 20:11) "Senhor Presidente. Não iria usar o tempo da liderança, mas ao ouvir as palavras do Senhor Vereador Gustavo Pimenta fez com que eu voltasse nesta Tribuna. Dizer ao Nobre Vereador Flávio Olmos. Eu parableno por todas essas Indicações de matagal por aí. Só o Nobre Vereador esqueceu-se de fazer indicação do matagal do seu irmão que divide Vila Cisoto; Jardim Luíza; CECAP e aquele terreno amplo, inclusive, tem a rua paralela de terra sem pavimentação. O Prefeito não pode asfaltar porque pertence ao irmão do Nobre Vereador. Parabéns! Vereador tem que indicar. O Órgão competente tem que executar. Na sexta-feira discuti com o Secretário de Obras. Hoje, o Vereador Marco Antônio Parolim de Carvalho foi lá e já atendeu o Vereador. Nós Vereadores não pedimos nada para nós é para o povo. Ao Nobre Vereador Gustavo Pimenta dizer que você não pediu para tirar o projeto. Eu tirei o projeto de Pauta. Os Companheiros Vereadores João Magalhães, Jose Elias de Moraes e Marco Antônio de Carvalho se reuniram com o Prefeito. Parabéns Vereador Hélio Lisse que cobrou sim do Prefeito Municipal que esse empréstimo sete milhões de reais seja verba carimbada a vários setores da população de preferência a periferia. Aos Vereadores que fizeram essa reunião Parabéns! Eu não pude comparecer tá! Quem é que não quer que asfalte aquelas duas ruas de comprido com paralelepípedos que é clamor da população. Eu morei naquele bairro. Na Quinta da Colina que é a rua para o trevo da saída para Severínia. Não tem entrada para ir para o bairro Quinta das Aroeiras. Crianças e senhoras correndo risco na beira da Rodovia descendo barranco na Quinta das Aroeiras para pegar a Circular naquela estrada de terra onde é um perigo para atropelar

uma criança. Quem é que não quer um Centro de Hemodiálise. Foi aprovado nesta Casa por trinta e cinco anos Instituto da Previdência dos Funcionários Públicos. O Geninho prorrogou por necessidade. Não estou aqui criticando o Geninho não! 15 milhões de empréstimo. Vereador Hélio Lisse levantou isso hoje. O Geninho fez e o Prefeito atual está pagando. O Geninho não fez empréstimo porque ele quis, mas porque a arrecadação do município cinquenta por cento é para a folha de pagamento. Vinte e seis por cento vai para a saúde. Dezoito por cento vai para a Educação. Seis por cento para a Secretaria de Assistência Social. Só sobra o farelo do bolo. Não tem Prefeito que administra a cidade com recurso próprio. Se não buscar é empréstimo bancário. Graças as Deus o Prefeito Geninho deixou a cidade de Olímpia com condições de poder fazer esse empréstimo. Assim, como, as cidades de São José do Rio Preto e Votuporanga. Só essas três cidades! Agora, vem falar que eu escondi. Que o Senhor falou para tirar o projeto. Aqui ninguém tira projeto não! Aqui eu tirei porque o Líder do Prefeito pediu depois de haver essa reunião. Aqui, ninguém me faz retirar nada, quem manda na pauta sou eu, como Presidente, eu ponho e tiro o que eu quero, até um minuto antes porque o Regimento me dá esse direito. Até um minuto antes da Sessão eu tenho direito de fazer a Pauta. Agora, vem falar que estou às escondidas e nenhum dos meus companheiros avisou ou que está todo mundo em silêncio e não fala. O Senhor falou quando contratou a Rádio Difusora para transmitir a Sessão, pagou oito mil reais, mas até hoje não foi cumprido o serviço aqui nesta Casa. O Senhor pagou com dinheiro público. O Senhor avisou para nós que iria fazer esse contrato por gentileza; o que é isso?! E, vem falar uma coisa dessas para mim? O Senhor falou, quando contratou um funcionário hoje, o Zezinho aqui presente. Vocês da plateia. Aquele funcionário ali que é da Câmara e que está tirando foto com o meu celular. E sabe quanto pagava antes para uma funcionária aqui. R\$ 2.100,00 para tirar essas fotozinhas aqui nesta Casa. Isso o Senhor não explicou para ninguém quando a contratou. Agora, vem falar aqui que nós aqui fazemos coisas às escondidas. Uma coisa que eu não faço é esconder nada de ninguém. Eu não devo nada para ninguém; e, não tenho medo

de ninguém! Eu fui perante a Juíza. A Juíza perguntou:- "O Senhor falou isso?" - Era de um fulano que estava ao meu lado. -- "Não só falei isso, como ele é tudo isso que eu falei!". - Então, eu não mijo fora do pênico não; tá! Eu não fujo da raia do que eu falo! Morro ou fico preso cinquenta anos, mas não fujo daquilo que eu falo e daquilo que eu faço! Desculpe a minha expressão!" Reassume a presidência o Vereador Antônio Delomodarme. **Flávio Augusto**

Olmos: (sem revisão do orador: 20:18) "Senhor Presidente. Mando recado ao meu irmão. Amanhã cedo, eu farei protocolo na Câmara Municipal para que limpe o terreno dele porque não vou aceitar favorecimento de ninguém nem a minha família nem a família e terrenos de vocês. Culpado disso é o Prefeito Municipal. Ele arrumou um monte de gente para mamar na teta, mas não tem capacidade para notificar o proprietário da área. Eu não defendo nem meu irmão. Amanhã cedo estarei protocolando e mostrando que eu não aceito isso. Também não aceito Indicação de Vereador para o irmão trabalhar na Prefeitura. Isso é um erro, mas tá bom. Vamos falar do que interessa, mas é interessante que ele limpe. O Prefeito tem que tomar decisão difícil. Eu sei, não é fácil. Ou toma decisões difíceis ou a gente não vai. Há dois anos, ele tomou uma decisão muito difícil quando dispensou a UTI móvel. Há uma semana, uma criança morreu porque demorou duas horas para ambulância vir de Rio Preto para levar a Barretos. É uma decisão difícil para prefeito essa falta de humanidade de dispensar uma ambulância. Às vezes essa criança estaria viva hoje. Outra, as vagas em Creche. É decisão difícil para o Prefeito aumentar cinquenta vagas ou cem vagas. Não vai aumentar. Não tem amor. Sabe por quê? Porque nunca precisou! Não vai ter essa sensibilidade. O Prefeito está achando que está à vontade. Ele manda projeto de sete milhões, vota! Fala de paralelepípedo, hemodiálise... Eu faço um desafio ao Prefeito Municipal aqui! Hoje, eu faço um desafio! Ele chame os funcionários públicos. Pelo menos peça desculpas pelas palavras que ele deu. Ele falou que quem não está satisfeito pode ser mandado embora. Pode pedir às contas que ele arruma outro. Faço desafio que ele corte cinquenta por cento dos funcionários Comissionados que estão mamando na teta desse apadrinhamento

político. Pede ajuda aos funcionários. Faz empréstimo de quatro milhões. Faça o Centro de Hemodiálise com dois milhões e meio. É prioridade! Não falar se sobrar vai fazer o Centro de Hemodiálise. Tenho certeza que todos os Vereadores aprovam na hora! Ninguém está brincando aqui não! A outra gestão o que a gente vai fazer é a velha política. Se a outra errou há trinta e cinco anos: Carneiro; José Carlos Moreira. Tudo condenado. Tudo ilegível; certo!... Só para finalizar, Senhor Presidente, Agradecer o Convite dos Funcionários Públicos. Amanhã tem reunião. Espero que, o Prefeito olhe com carinho os funcionários que tocam a nossa cidade por um funcionamento melhor. Se ele mandar cinquenta por cento dos funcionários Comissionados embora, ele economiza dois milhões e meio, simplesmente, isso!" **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 20:23) "Senhor Presidente. Volto aqui na Tribuna para dar continuidade à minha insatisfação porque o meu problema é com o Prefeito; não com os Vereadores, mas diante da situação que nós colocamos aqui esse projeto de sete milhões em nenhum momento falou em questão de saúde, paralelepípedos, mas para tentar mascarar esse financiamento: - Vamos fazer hemodiálise... Nós vamos tá, tá, tá. Está aqui Ó! No que o Prefeito fala eu já não confio mais. Agora, no que ele escreve, nós também não podemos confiar? Essa é a pergunta que eu deixo! Justificativa do Projeto de Lei: - Proponho a contratação de operação de crédito no valor de sete milhões de reais a qual tenho como objetivo:- Realização de obras de infraestrutura urbana, bem como, a construção de rotatória, pavimentação, recapeamento asfáltico em diversas vias públicas do município. E, para à Saúde?! Agora, quer jogar a questão da saúde para comover a população. Em relação à pauta, o projeto estava até ao meio-dia à uma hora estava em pauta o projeto. Eu não sei por que essa agressão pessoal, porque vai virar prática aqui. O Presidente não tem controle emocional, nós sabemos disso, mas não tem problema nenhum. Ele é meu amigo; e, eu gosto dele. Quer atrapalhar; não tem problema nenhum, mas foi o Senhor que me tirou. Nas reuniões, ninguém me convida mais com medo que eu fale a verdade. Se houve alguma irregularidade na administração passada apure. Vamos apurar? Agora cobrar do Vereador; do irmão

dele como o Senhor fez?! A gente tem que tocar isso pra frente. Vamos falar de política. Eu pedi licença aos Vereadores porque eu fui atacado pelo Prefeito. Vocês que estão comprando a briga e tomando as dores do Prefeito. O meu problema é pessoal com o prefeito. Já não chega os paus mandados das redes sociais que paga com dinheiro público para me atacar em vídeo, mas não tem problema. Eu tenho a alma tranquila. Eu me sinto leve. Eu ponho a cabeça no travesseiro e durmo. Agora, quem gosta de levar as coisas ao Judiciário, eu fico muito à vontade também. Fica à vontade pode levar. Criar? Podem criar! O tanto que bateram no Geninho e criaram fatos contra a minha pessoa, pode criar um problema. Se a gente anda com a moral e com caráter, se a gente tiver berço nos deitamos e dormimos. Quem não tem essas qualidades fica dessa forma apelativa. Eu sou muito chegado. Vamos para frente que o Brasil, se Deus quiser, supera tudo isso aqui na cidade de Olímpia!" Assume a presidência o Vereador Marco Antônio Parolim de Carvalho.

Antônio Delomodarme: (sem revisão do orador: 20:26) "Senhor Presidente. Eu quero dizer ao Nobre Vereador Gustavo Pimenta que eu sou uma pessoa atrapalhada. Sabe por quê? Porque neste país a verdade, às vezes, dói! Eu sou atrapalhado, mas não contratei uma Rádio para transmitir as Sessões e pagar em três parcelas. O contrato ainda está em vigência nesta Casa. Vê-se tem Rádio transmitindo? Pagaram oito mil reais do dinheiro de vocês; tá! É como eu falei. Tirava foto aqui e pagava R\$ 2.100,00 para uma pessoa. Pagava três mil reais a um funcionário fazendo o mesmo serviço. Eu cortei esse caso aqui dentro. Uma pessoa de fora ganha R\$ 3.000,00 que ele colocou. Manutenção dos computadores ele pagava R\$ 2.400,00. A mesma pessoa faz a manifestação por R\$ 1.100,00. E, eu sou atrapalhado, sou atrapalhado pelo lado bom! Ele sabe ler; é honesto; tudo certinho, mas faz coisa errada. Eu prefiro ser atrapalhado, mas fazer a coisa certa. Eu prefiro desse tipo: - Não ser certinho, andar de paletózinho. Eu sou aqui Ó! Sou relaxado, largado, mas sou honesto! Nesta Casa, o Presidente um dos mais honestos que passou aqui com transparência. Amanhã vou gravar um vídeo falando o que eu já economizei nesta Casa. A partir do dia quinze, em três meses do meu mandato, já economizei nesta Casa

setecentos e sessenta mil reais. Cortei oito mil reais dessas mordomias que ele dava aqui dentro; e, eu é que sou atrapalhado?! Será que sou eu que estou atrapalhado? Vocês são inteligentes para e analisa quem foi o atrapalhado aqui dentro. Quem foi o atrapalhado nesta Casa, se foi eu, ou foi ele?!" Reassume a presidência o Vereador Antônio Delomodarme. A seguir, esgotados os Oradores dos três minutos regimentais às Lideranças tem início a **ORDEM DO DIA**. Continuando os trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa e de Educação, Esporte e Cultura, entra em discussão de segundo turno, o Projeto de **Lei Complementar nº 267/2019**, Avulso nº 14/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 61, de 08 de abril de 2009, que institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dá outras providências. Com a palavra, o Senhor Presidente informa, que nos termos do Parágrafo II, Inciso IX, do Artigo 47, da Lei Orgânica do Município e Artigo 184 do Regimento Interno, o Projeto necessita, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara, ou seja, seis (06) votos dos Edis presentes. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente informa que o referido Projeto foi aprovado em primeira discussão e votação de primeiro turno na Sessão Ordinária do dia seis de março de dois mil e dezenove. Usam da palavra os Vereadores: **Flávio Augusto Olmos**: (sem revisão do orador: 20:34) "Senhor Presidente. Na primeira votação, eu fiquei meio inseguro para votar nesse projeto. Agora dei uma estudada. Eu queria elogiar o Prefeito Fernando Cunha por um projeto como esse daqui. Às vezes, insignificante aos nossos olhos. O projeto dá credibilidade aos compradores na área rural. Então, sou favorável! Surpreso olhando assim o projeto é muito bom por dar seguridade aos produtores da nossa cidade. Senhor Presidente. Meu voto é favorável!" **Hélio Lisse Júnior**: (sem revisão do orador: 20:35) "Senhor Presidente. Analisando o Projeto de Lei Complementar 267/2019 Autoria do Executivo. Dispõe sobre alteração da Lei Complementar Nº 61/2009. Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dá outra providência. É bem

amplo. Portanto, sou favorável porque democraticamente vamos ter representante titular e um suplente da Prefeitura; um representante titular; e, um suplente. Câmara Municipal, sendo um titular; e, um suplente. Um representante do DAEMO AMBIENTAL. Um representante do Desenvolvimento Rural de Barretos, que é a região. Um representante do Escritório de Defesa Agropecuária de Barretos, representante do Banco do Brasil para busca de linha de crédito, certamente. Representante do Sindicato dos Empregados Rurais; representante do Sindicato dos Produtores Rurais, representante da Associação dos Engenheiros, representante do Grupo Tereos que é o maior produtor de cana da nossa região. Representante das duas Cooperativas de Produtores Rurais. Representante da Comunidade Rural. É um Conselho de Responsabilidade e bem amplo. Importante para quando for destinar ações que todo mundo participe. Parabéns!"

Luiz Gustavo Pimenta: (sem revisão do orador: 20:36) "Senhor Presidente. Na mesma esteira, acompanhando a criação de Conselhos, parabenizar o Prefeito! Pelo menos, não toma decisão sozinho porque acaba enfraquecendo os Poderes. Às vezes, Secretário e quer implantar na política agrícola. Autoridades que não tem o perfil para esse projeto. O Conselho está aí para representar a população. Fico mais feliz porque ele inseriu o Poder Legislativo. Não é de praxe, nos outros Conselhos, ter a participação do Poder Legislativo. Nesse caso, vou votar favorável ao projeto. E dizer que, algumas vezes, se acerta aqui!"

João Batista Dias Magalhães: (sem revisão do orador: 20:38) "Senhor Presidente. Registro meus cumprimentos ao Prefeito Municipal. No Conselho que será composto por doze elementos, Na verdade, são vinte quatro porque tem os suplentes. A Secretaria Estadual de São Paulo tem diversos convênios, agronegócio e desenvolvimento rural sustentável. Não é tão simples indicar um Secretário Municipal da Agricultura e ele possa fazer a representação para o município. Na medida em que, atenda as exigências da Secretaria através da composição de um Conselho reunindo todos os segmentos da sociedade: - Inclui Prefeitura, Câmara Municipal, mas a essência e objetivo principal é o homem do Campo. Homem do Campo que se faz presente através do seu Sindicato, Associações, Cooperativas e da Comunidade Rural.

Comunidade que poucas vezes participaram, mas pela primeira vez vem com uma forma opinativa fazer parte de um Conselho Municipal para atender suas necessidades nas nossas Comunidades Rurais. A do Campo Alegre é uma das principais que move a economia de Olímpia. São pequenos produtores que trabalham em regime de economia familiar. Pela primeira vez esse pessoal terá voz ativa num Conselho da Atividade Rural. Nesses 116 anos da Fundação já teve destaque na nossa economia e pujança econômica. Propagada através da Festa do Arroz. Produção:- Arroz, café, algodão, laranja; e, por fim, a cana de açúcar restrito a um Grupo Internacional. O que me deixa feliz é a Comunidade Rural de Olímpia fazer parte de um Conselho tão importante como esse. Cumprimento os demais Pares que me antecederam pela compreensão da importância de votar no projeto encaminhado a esta Câmara Municipal pelo Prefeito Fernando Cunha. Era essa, minha manifestação!" Não havendo mais oradores, o Projeto de Lei Complementar nº 267/2019 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. A seguir, nos termos do Artigo 205 do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto de Lei Complementar nº 267/2019 **aprovado em Redação Final**. Prosseguindo com os trabalhos, com a palavra o Senhor Presidente informa que será apreciada em primeiro turno o **Projeto de Lei Complementar nº 268/2019**. Esclarece ainda que o projeto necessita, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara, nos termos do Parágrafo II, inciso IX, do Artigo 47, da Lei Orgânica do Município, ou seja, seis (06) votos dos Edis presentes. A seguir, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer nº 12/2019**, de autoria da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei Complementar nº 268/2019**, avulso nº 17/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 106, de 16 de dezembro de 2011, que institui o novo Plano Diretor do Município de Olímpia e dá outras providências. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Fernando Roberto da Silva:** (sem revisão do orador: 20:44) "Senhor Presidente. Acompanho esse projeto há algum tempo.

Conversamos com o Secretário de Engenharia e obras sobre o Plano Diretor. Gostaria que o Líder do Prefeito Senhor Vereador João Magalhães explicasse sobre essa porcentagem que está sendo mudada sobre parcelamento porque está sendo revogado o inciso 4º do Artigo 131. O que seria essa mudança?" **João Batista Dias Magalhães:** (sem revisão do orador: 20:45) "Senhor Presidente. Apenas, o projeto de Lei é Emenda corretiva:- "A Emenda institui". Faltou esse -> "u" no final: instituiu, mas o Senhor Primeiro-Secretário e o Senhor Presidente fizeram a leitura correta é: - "**instituiu**". Nobre Vereador Fernando. O projeto faz a revogação do inciso 4º do Artigo 131 da Lei Complementar nº 106/2011 (16 de dezembro de 2011). Na verdade o inciso 4º do Artigo 131 da Lei Complementar nº106/2011 acrescentava 2% (dois por cento) a mais dos loteamentos das áreas dominiais. No Artigo 131 § 1º fala 45% (quarenta e cinco por cento) dessa gleba serão áreas dominiais em favor do município de Olímpia. O inciso 4º do Artigo 131 acrescentava mais 2% (dois por cento). Isso ia a 47% (quarenta e sete por cento). A Empresa de Ribeirão Preto - SP fez o Loteamento Colorado em Olímpia entrou com uma ação civil pública no município de Olímpia declarando inconstitucional esse dispositivo; e, ganhou na Justiça, dizendo que 2% a mais estavam à forma equivocada e incorreta na Lei nº 106/2011 de (16 de dezembro de 2011). Por decisão da Justiça o município de Olímpia é obrigado a tirar os 2% (dois por cento). Voltando o porcentual de apenas 45% (quarenta e cinco por cento). O que é um texto derivado da Lei Federal nº 6706/1979 no Artigo 131 que fala do Uso e do Parcelamento do Solo. Então, na verdade, é apenas uma readequação ao dispositivo da Lei Federal. O Prefeito Fernando Cunha ao cumprir uma decisão judicial. Na Lei 106/2011 (16 de dezembro de 2011) retira os 2% (dois por cento). Volta aos 45% (quarenta e cinco por cento) que é uma regra legal derivado de Lei Federal nº 6706/1979. Acho que, os Nobres Pares podem ficar tranquilos porque é apenas à adequação àquilo que está na Lei Federal." **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 20:48) "Senhor Presidente. O Doutor João tem razão é essa questão do "u"; sumiu só o "u". Aqui some projeto; um **u** só não tem problema?!" **Ver. João Magalhães** - "Institui dá-se a impressão que está criando,

mas não está!" **Ver. Gustavo Pimenta** – "É o Senhor Vereador João tem razão, eu li aqui conforme está aqui... É que sumiu o "u"... Só! Eu li corretamente; não tem problema, mas eu li. Apenas, acrescentar que é ortografia; né?!" **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 20:49) "Senhor Presidente. Sou muito crítico, principalmente, em aprovações de loteamentos e Plano Diretor para evitar gargalos. Nós passamos por revogações de algumas leis que receberam áreas em doações para aberturas de ruas. A finalidade dessa preocupação é evitar que haja gargalo igual ao Loteamento Aroeira. Em relação a esse fato da revogação desse inciso é que 2% de áreas dominiais. Há vários julgados: – "**É inconstitucional exigir essa área do investidor.**" – Permanecendo as outras que dá um total de vinte e sete no loteamento:- "Instituição de área verde, praças públicas e áreas públicas para futuras obras municipais." – Isso é porque não pode! Tem que ser excluído porque é inconstitucional." **Fernando Roberto da Silva:** (sem revisão do orador: 20:50) "Senhor Presidente. A pergunta que eu fiz ao Líder do Prefeito foi muito bem esclarecida sobre essa adequação, mas reitero meu pedido ao Senhor Prefeito e ao Secretário de Obras. Após, conversar com os Vereadores Gustavo e Hélio, a gente precisa fazer readequação nesse Plano Diretor. Alguns zoneamento e lugares que impedem algum tipo de comércio e até questões de Pousadas também. Existem casos que quando vai mudar de dono não podem mais. Peço ao Secretário Fernando Covello que acelere esse estudo e envie a esta Casa para que nós Vereadores possamos colocar em discussão. Peço que, realmente reorganize o Plano Diretor que foi votado na outra gestão. O que vai ajudar a população olimpiense, também, os estabelecidos no comércio em nosso município." **Marco Antônio Parolim de Carvalho:** (sem revisão do orador: 20:51) "Senhor Presidente. Esclarecer ao Senhor Vereador Fernando. Eu estive na Secretaria, já está passando pelo Jurídico da Secretaria de Obras os estudos a essas mudanças para fazer essas adequações no Plano Diretor. Creio que, na próxima semana, teremos novidades para que possamos alterar aqui." **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 20:52) "Senhor Presidente. O problema é a MEI – Microempreendedor Individual e as ME – Microempresas quando elas

querem mudar de atividades. Será preciso contratar uma Empresa para saber onde são os corredores que é o problema, mas vai fazer de forma pontual ou a mudança geral." **Ver. Marco** – "Mudança Geral vai mexer na lei mesmo: - Lei de Zoneamento." Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes em plenário. Usa da palavra o Senhor Presidente para esclarecer que o Projeto retornará a pauta da próxima Sessão Ordinária quando o projeto será apreciado em segundo turno. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer n° 13/2019**, de autoria da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei n° 5458/2019**, avulso n° 20/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal "SIM/POA - OLÍMPIA" e dá outras providências. Usam da palavra os Vereadores: **Flávio Augusto Olmos**: (sem revisão do orador: 20:54) "Senhor Presidente. Não estou muito seguro em votar nesse projeto. Vou votar contrário. Vou analisar melhor o projeto. Esse projeto para funcionar vai precisar de um bom Decreto do Prefeito Municipal. Porque já tem Vigilância Sanitária e outros meios de fiscalizar. Nós estamos criando o nosso próprio serviço de inspeção. Nesse primeiro momento, não quero ir a fundo quero analisar melhor. Declaro desde já meu voto contrário a esse projeto." **Hélio Lisse Júnior**: (sem revisão do orador: 20:55) "Senhor Presidente. Na realidade esse projeto desmembra. Já tem o Serviço de Inspeção Sanitária. Será criado mais um, com certeza visando proibir à manipulação do produto. Então não vai mais poder fazer linguiça, queijo e outros em casa? A inspeção municipal desses produtos artesanalmente feito em residências ou que as pessoas oferecem pronto: Linguiça, codeguim e queijo. Isso é muito praticado em Minas Gerais. O Serviço municipal dá a esses produtores artesanais, desde que tenha a inscrição, comercializar livremente e com a garantia de inspeção. Poderá até vender a Supermercado. Isso estará garantido que aquele produto não vai fazer mal ao consumidor porque teve a inspeção. Por um lado é isso, destrinchar a fiscalização sanitária e criar a vigilância para produtos artesanais, ovos e derivados de ovos

também.” **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 20:58)
“Senhor Presidente. Nesse Projeto de Lei PL nº 5458/2019. Nós temos que tomar cuidado porque quando atinge as questões artesanais envolvem as pessoas que fazem a rosca, pão caseiro, queijo e bombons. Dai uns dias nem isso na cidade de Olímpia pode também. Quando as Entidades começarem a fazer esse tipo de trabalho, nem isso pode mais. Vamos com calma em relação a isso. Esse não é daqueles goelas abaixo. Vamos demandar mais explicações em relação a esses profissionais que dependem muito disso para sobreviver.”

João Batista Dias Magalhães: (sem revisão do orador: 20:58) “Senhor Presidente. Vou responder ao Senhor Vereador Pimenta. Na verdade, Vereador Hélio fez a observação também. Na verdade, não é bem uma desvinculação da Vigilância Sanitária porque ela tem uma função com determinação de função pública diferenciada de inspeção. A Inspeção verifica a qualidade e permite a comercialização. A vigilância é para ver se está correto isso ou não. O produto, a questão da data de validade, também outras coisas mais que existem e naquilo que está disponível para a população. Nessa questão dos manufaturados artesanais derivados do trigo e outras coisas mais essa lei não contempla isso. O Artigo 11 do Projeto de Lei. “Estará sujeitos a rotulagem”. - Todos os produtos de origem animal. - Não tem então afetação em relação à questão relacionada com o trigo ou com as coisas mais de alimentos secos. Fala mais em produtos molhados que são de animais, mas os produtos secos não vão ser atingidos. Artigo 11- Estará sujeito a rotulagem do “SIM/POA - OLÍMPIA”. Todos os produtos de origem animal: - Comestíveis ou de interesse a saúde produzido; beneficiados; transformados; distribuídos ou comercializados no âmbito do município de Olímpia, quaisquer que sejam as suas origens, procedência ou destinação que não possua outra rotulação de Órgãos de Inspeção Oficial. O projeto visa exclusivamente de origens animal. Realmente, o projeto tem que ter esse direcionamento específico para a origem animal porque o animal tem que ter a sua origem do nascimento o procedimento fitossanitário que é da formação e da criação, também do abate; e, como isso é feito. Também de todo o processamento de formação seja industrial ou não

e que permita chegar aos pontos comerciais. Então, em Olímpia tem estabelecimentos que poderiam pegar produtos de pequenos proprietários ou pessoas assim, mas não pegam porque não tem a questão do carimbo. Uma espécie de selo municipal que será destinado a esse produtor e a esse cidadão que possa produzir ou trabalhar com esse tipo de produto. Acho que é uma lei bastante significativa para o município de Olímpia. Na prática, poderá sugerir uma exigência muito maior que tem que trabalhar junto com a Vigilância Sanitária, isso é minha opinião. Então, o Serviço de Inspeção vai ter que ver o procedimento da vigilância para poder certificar o produto para comercialização. É uma lei bastante significativa e interessante porque vai permitir as pessoas adentrarem no comércio olimpiense com produto de qualidade com selo de certificação e o carimbo do município de Olímpia.” **Flávio**

Augusto Olmos: (sem revisão do orador: 21:02) “Senhor Presidente. É como eu falei. Vou estudar melhor e não estou criticando. A partir do momento que a pessoa está passando por necessidade porque perdeu o emprego e vai naquele bico. De repente, num último aperto vai fazer uma coxinha para vender. Eu tenho um pouco de receio nesse sentido porque pode travar essa pessoa. Não sei me expressar direito. No momento eu voto contrário porque os pequenos é que vão ser prejudicados pelo meu modo de ver. Às vezes o pequeno vendedor de coxinha vira um grande produtor de coxinha, mas o começo que é mais importante. Mas é como eu falei vou estudar melhor. Às vezes o caso de uma discussão maior para não causar nenhum dano à população de Olímpia.” **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do

orador: 21:04) “Senhor Presidente. Vou a mesma esteira de Vossa Excelência que se preocupa com os mais necessitados. Esses projetos que dá calafrio de estar votando. Na cidade tem a questão de defumados feitos em casa e comercializando. Falou do queijo, mussarela e churrasquinho. Acho que o Vereador Flávio está certo em levantar essa insegurança na hora de votar. Eu estou completamente tranquilo e vou votar contrário a esse projeto porque ele precisa ser mais bem explicado e discutido. Se respeitar todo o trâmite do projeto. Eu acredito que vamos encontrar a solução. Por mais que fale que no projeto não se trate de produto

industrializado, mas gera dúvida de interpretação quanto a esse tipo de comercialização.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:05) “Senhor Presidente. Preocupa, é a informalidade. Desempregado até que se encaixe novamente no mercado de trabalho, às vezes, parte para a informalidade para sobrevivência. Refiro-me ao Art. 8º - Caberá ao setor de serviço de inspeção municipal da Secretaria de Cultura, Comércio e Indústria identificar pequenos produtores rurais e urbanos. Certamente que, eu vou colocar uma Emenda nesse projeto, no sentido, analisando esse artigo, sendo inexpressiva a produção possa fabricar. Desde que, ele não tenha um comércio aberto, fabrica isso na própria residência com inexpressiva e pequena produção. A italianada pede a feitura do codeguim que é a pele de porco. O meu sogro e sogra faziam. Acho que, a inexpressividade de produção tem que ser preservada, desde que seja em pequena escala. Tem que haver essa espécie de socorro à pessoa que vai a informalidade para sobrevivência. Eu concordo!” **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 21:08) “Senhor Presidente. Na plateia vejo um artesão nesta Casa que é o Téo. Ele faz linguiça de porco. Entidades fazem cuiabanas, então, a coisa vai longe. Por isso, devemos chamar o pessoal da Vigilância Sanitária para explicações técnicas e pontuais para não ser preciso depois vir novamente projeto para consertar.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:08) “Senhor Presidente. Acho que a gente tem que preservar mesmo. O Téo faz hambúrguer e linguiça todo mundo já comprou. Acho que, os pequenos que trabalham na informalidade nós temos que deixá-los fora. Agora, quando partem para indústria com produção expressiva. Então vamos pensar nessa Emenda; sim!” **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:09) “Senhor Presidente. Será regulamentado por decreto. Solicito ao Líder do Prefeito antes da votação do Segundo Turno pudéssemos ler o Decreto para ficar mais à vontade. Eu quero votar favorável.” **João Batista Dias Magalhães:** (sem revisão do orador: 21:09) “Senhor Presidente. Atendo o Senhor Vereador Flávio para dizer-lhe que aqui no texto do Artigo consta poderá. A respeito da conjugação deste verbo **poderá** está no futuro do presente. É uma expressão de conjugação; sendo assim de

necessidade. De repente, a Lei já é o suficiente para estabelecer regras de regulamentação, então, talvez, nem seja necessário decreto. A não ser que surja uma situação dessa levantada pelo Senhor Vereador Hélio que cria uma situação de excepcionalidade; aí é diferente! Então, eu não vejo essa necessidade. Agora, talvez, precisaria haver manifestação, como disse o Doutor Pimenta a respeito da questão técnica; e, tal... Eu acho que cabe ao Vereador sim trazer a sua contribuição. Agora, nós estamos aqui falando, isso é uma questão bastante interessante, nós estamos falando muito de quem está fazendo e fabricando. A nossa preocupação tem que ficar do lado de quem consome porque na inspeção o selo de qualidade vai dar tranquilidade para quem está comprando e consumindo. Isso é importante. É essa a preocupação a de quem estiver consumindo. Se for um quilo de linguiça ou se é cem quilos de cuiabana não importa. Nós temos que verificar quem está consumindo. Já vi acontecer diversas situações que surpreende muitas vezes o consumidor. Quem trabalha na área de alimentação, se não haver rigor para tudo; vamos dizer assim, não vai ter jeito. Não é isso? Você não participa da vida comercial! Não importa se é pequeno ou grande produtor ou comerciante. O importante é que ele saiba que ele tem um selo no município de Olímpia que vai garanti ele até ampliar o seu negócio. Ele de pequeno passa a ser grande porque ele tem selo de qualidade do município de Olímpia. Acho que, essa é a mentalidade que nós precisamos trabalhar naquilo que se produz. Você sabe que frango é uma ave que tem verme? Precisa receber o tratamento fitossanitário para ser consumido. Nós precisamos trabalhar isso também. Existe gente que comercializa o frango denominado caipira. De repente, com o selo do município você leva tranquilo para nossa casa. A gente leva para esse lado, mas é importante pensar no consumidor. O consumidor é tudo naquilo que compra. Com o selo de qualidade ganha o consumidor lá fora." **Luiz Antônio Moreira Salata:** (sem revisão do orador: 21:14) "Senhor Presidente. Atentamente, estou ouvindo essa questão desse serviço de inspeção e até de certificação. Eu fico um pouco preocupado. Nós estamos aqui procurando aprovar mais um serviço dentro da Administração. Já temos a Vigilância Sanitária.

Vejo que esse serviço ficará diretamente ligado à Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Agricultura. Àqueles que conhecem a Secretária eu faço a seguinte pergunta: - A Secretaria tem condição de administrar esse serviço? Eu pergunto: Qual será o impacto orçamentário e financeiro para poder realizar esse serviço. Para não votar coisas no escuro. Nesse momento, eu proponho que essa matéria seja retirada da pauta. Nós podemos realizar Sessão Técnica ou Audiência Pública com os servidores responsáveis pelas divisões para que a gente entenda e possa esmiuçar o que pretende o Executivo. Desculpe Nobre Vereador Magalhães. Eu confio na sua defesa, mas entendo que essa questão é séria. Nós estamos criando serviços dentro da administração. Será que vai haver impacto orçamentário e financeiro? E de que forma vai haver essa certificação? De que forma vai haver essa fiscalização? Nessa Secretaria; não sei?! Eu já fui Secretário desse setor da indústria, comércio e agricultura. Acho que, até hoje a Secretaria não conseguiu identificar quem são os integrantes de agricultura familiar. Proponho para que não aconteça um tropeço do IPTU. Se os Nobres Líderes concordarem vamos tirar essa matéria de pauta. Vamos fazer aqui a nossa lição de casa. Fazendo uma Sessão Técnica em qualquer dia da semana. Previamente, seja comum a agenda de todos. Traga aqui o pessoal que idealizou essa matéria desse setor. Vamos botar todas as frentes de trabalho para que a gente entenda o que pretende o Chefe do Executivo com a criação desse serviço. Eu me proponho até colaborar nesse sentido porque eu estou preocupado. Sou autor de projeto há mais de vinte anos que cria indústrias caseiras de atividades artesanais. Sabemos que todo mundo tem uma informalidade. Inclusive, o Governo Federal para ajudar essa atividade informal de todas as questões é e linguiça; é de venda de queijo; é de venda de doces. MEI Microempreendedor Individual. Agora, se o município vai fiscalizar; ótimo! Vamos melhorar atividade de comércio, mas até que ponto? Porque também precisamos qualificar essas pessoas. Todos sabem que não há mais Contribuição Sindical Obrigatória. Não há receita para realizar cursos, principalmente, na área rural. Hoje, estamos com poucos cursos que qualificação na área rural.

Então, faço encaminhamento a Mesa, ao Nobre Vereador, líder João Magalhães, com todo respeito, que retire. Vamos fazer uma Audiência Pública, ou Sessão Técnica, com objetivo de esgotar todas as dúvidas. Assim, a matéria possa retornar na próxima Sessão com mais esclarecimentos para que nós Vereadores possamos ficar mais tranquilo. Esse é o meu encaminhamento!” **José Elias Moraes:** (sem revisão do orador: 21:19) “Senhor Presidente. Ao Líder do Prefeito, Senhor Vereador João Magalhães. Como fica a fiscalização a esse pessoal que fazem caçadas de Javalis? Haverá uma dificuldade muito grande porque esse pessoal vive clandestino. O Nobre Vereador Salata tem razão. É preciso haver uma discussão maior. Só para fiscalizar caçadores de Javalis será preciso mais de dez funcionários. Os caçadores ora está em um lugar, ora em outro. Fiquei sabendo que existe açougue que comercializa esse material. Eu fiquei sabendo. Não tenho como provar porque nem carne de animal eu como. Eu acho que será um pouco difícil. Estou pegando essa parte porque é a parte que eu estou mais preocupado porque como é que vai fiscalizar esse pessoal que sai à noite para caçar. Então eu gostaria que o Senhor Vereador João Magalhães explicasse como fica essa parte aí?” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:20) “Senhor Presidente. No meu ponto de vista técnico, a destinação dessa atividade para Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Social não se encaixa. Deveria ficar com a Vigilância. Às vezes, para transformar a Vigilância para Inspeção. Acho que, poderia aproveitar esses funcionários e qualificando eles para Inspeção. Muito embora relacionada à causa animal. Eu sei lá precisava estudar para ver se a melhor Pasta seria essa. É um ponto de vista também que surgiu com a fala dos demais Vereadores. Acho importante analisar dessa forma aí.” **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:22) “Senhor Presidente. Agradecer ao Senhor Vereador João Magalhães pelos esclarecimentos, mas vou continuar contra. Nobre Vereador Salata pediu a retirada. Eu gostaria de votar favorável, mas desde que a gente tenha uma base melhor. Então, agradeço ao Nobre Vereador pelas explicações que foram dadas; Senhor Presidente!” **Fernando Roberto da Silva:** (sem revisão do orador: 21:22) “Senhor Presidente. Projeto vem com

bastante mudança para modernizar a questão dos produtos animais. Preocupa por ser projeto bastante complexo. Pode vir com a fiscalização de quem está fazendo e também de quem vai consumir. Às vezes proíbe as pessoas que produzem defumados, linguiça, codeguim fazem produtos artesanais. Também, há preocupação com quem está consumindo. Então, são os dois lados da moeda. É um projeto que tem que analisar bem. Conversar com as pessoas que trabalham com esse tipo de produto e que esteja nessa área que tenha a inspeção sanitária ou não. Se já tem alguma fiscalização, autorização ou não, ou fazem de uma forma caseira sem ter um tipo de pessoa que pode estar fiscalizando. Então é importante ouvir essas pessoas. Depois a gente retira. Tem algum tempo ainda para a próxima Sessão. Assim, não prejudicar quem produz e quem consome esses produtos. Realmente, votar no projeto com mais tranquilidade e até ter a votação unanime dos Nobres Vereadores." **Marco Antônio**

Parolim de Carvalho: (sem revisão do orador: 21:22) "Senhor Presidente. Dizer ao Senhor Vereador João Magalhães que ouvindo os Nobres Vereadores estou preocupado. Nesse projeto estava vendo mais o lado do consumidor porque tem que fiscalizar mesmo. Depois, fiquei preocupado, a Secretaria da Agricultura vai tomar conta desse setor. Hélio Lisse disse que deveria ficar com a Vigilância Sanitária por ser um órgão mais treinado e sabe fazer a fiscalização. Vê-se que a Secretaria da Agricultura deixa um pouquinho a desejar. Minha opinião é favorável a uma discussão mais ampla. Se for o caso, até de mudar para que os órgãos fiscalizados seja a Vigilância Sanitária. Deveríamos votar em Primeira Discussão e Votação. Levar ao Prefeito. Depois, fazer arrumação desse projeto." **João Batista Dias Magalhães:** (sem revisão do orador: 21:26) "Senhor Presidente. Vou fazer uma observação aos Nobres Pares. Realmente, acho o debate oportuno nesse nível dá forma que cada um se manifestou. Nesse projeto, o artigo primeiro faz menção dos incisos dois; sete; do Art. 23 da Constituição Federal. Faz relação de concordância com a Lei Federal 1283/1950; PEC N° 1889/89 E, suas alterações. Então essa vigilância ou essa inspeção realmente precisaria trabalhar junto. Os Senhores Vereadores colocaram muito bem. Entendi a colocação de cada um.

Podemos fazer o seguinte. Vou fazer encaminhamento à Mesa Diretora desta Casa e pedir adiamento de votação dessa Primeira Discussão e Votação, como o Nobre Vereador Salata colocou, depois, fazer encaminhamento para fazer uma Sessão Técnica é muito boa para podermos falar a respeito não só de quem produz, mas de quem consome. Ouvir técnico que tenha conhecimento nisso e trazer elementos substanciais às dúvidas de cada um dos Senhores Vereadores. Principalmente, esclarecer a respeito da ideia desse projeto. Agora, a questão de divisão qual Secretaria vai ser ou não temos que verificar os dispositivos das Leis Federais e a Constituição para saber qual Órgão estaria mais capacitado para poder trabalhar ou a independência deles pode trazer uma aproximação e convivência natural entre as duas divisões e secretarias independentes. Faço encaminhamento a Mesa para que seja feito pedido de adiamento de votação. Depois, Vossa Excelência, na medida do possível poderia entrar contatos com os órgãos governamentais da Secretaria Agricultura e Vigilância para poder saber quem estaria habilitado para poder fazer uma Sessão Técnica como foi levantado pelos demais Pares e o Senhor Vereador Salata.” O Senhor Presidente submete o Pedido ao plenário. Realizada a votação constatou-se que o mesmo foi aprovado pela unanimidade dos Edis presentes. Com a palavra o Senhor Presidente, informa o Plenário que está adiada a votação e discussão do Projeto de Lei nº 5458/2019. Ainda com a palavra, informa também que futuramente será marcada Sessão Técnica em data oportuna para melhores esclarecimentos e discussões sobre o referido projeto. A seguir, usa da palavra o Vereador: **Luiz Antônio Moreira Salata:** (sem revisão do orador: 21:29) “Senhor Presidente. Agradeço a compreensão do Nobre Líder do Prefeito. É necessário, porque nós queremos o melhor para a cidade. Se realizar essa Sessão Técnica nesses próximos quinze dias poderia esclarecer e o projeto poder voltar mais maduro. Muito obrigado, Senhor Vereador João Magalhães!” Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, “Sob a Proteção de Deus”, e atendendo ao Requerimento de nº 168/2019, de autoria do Vereador Luiz Antônio Moreira Salata, declara encerrados os trabalhos da presente Sessão Ordinária em Homenagem

Póstuma a memória da Senhora Tânia Ferrari Eschiapati. Do que, para constar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa.--.--.--.--.--.--.--.